

# **O PNAIC X AVALIAÇÃO EXTERNA: DISCUSSÕES SOBRE O PROBLEMA DO ANALFABETISMO DE CRIANÇAS NO BRASIL**

**Nilcinete da Silva Corrêa**

Mestrado do Programa de Pós-Graduação em  
Currículo e Gestão da Escola Básica –  
PPEB/NEB/UFPA.

[nilcecorrea@yahoo.com.br](mailto:nilcecorrea@yahoo.com.br)

**Dinair Leal da Hora**

Orientadora do PPEB/NEB/UFPA

[tucupi@uol.com.br](mailto:tucupi@uol.com.br)

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo traz reflexões acerca do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), uma iniciativa do Governo Federal para o enfrentamento do analfabetismo no Brasil, nas séries iniciais do ensino fundamental, ciclo alfabetizador. Segundo autores como Dickel (2016) esta ação, sobretudo no âmbito das avaliações externas (provinha Brasil, ANA) tem produzido efeitos de controle sobre o ensino nas escolas, nos processos de avaliação interna, conteúdos e métodos desenvolvidos, que acabam por determinar a concepção de educação para o ensino no país, além de responsabilizar escola e professores pelo fracasso escolar.

As discussões partem de um estudo em andamento, que apresenta como objeto de pesquisa as implicações da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) na organização do trabalho pedagógico em uma escola pública no município de Abaetetuba-Pa. O interesse pela pesquisa partiu de reflexões a cerca do cotidiano escolar, quando observamos inquietações dos sujeitos que organizam o trabalho pedagógico na escola (coordenador, diretor, professor) em alcançar maiores notas nos ranques das avaliações externas, vista pelo senso comum como sinal de qualidade da educação. Na pesquisa optou-se por uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com pesquisa bibliográfica e de

campo, por meio da utilização de entrevista semiestruturada, com vistas a desvelar as concepções e práticas, sobre a ANA, dos sujeitos que estão mais diretamente envolvidos com o ensino na escola

## **O PNAIC E AVALIAÇÕES EXTERNAS COMO CONDUTORES DO ENSINO NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS**

As políticas públicas para os anos iniciais do ensino fundamental têm dado ênfase ao problema do analfabetismo, com a criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Programa do governo federal instituído pelo MEC, sob a lei nº 867, de 04 de junho de 2012, de ações articuladas com todos os entes federados (estados, distrito federal, municípios), que firmam compromisso em garantir que todos os alunos estejam alfabetizados, no máximo, até os oito anos de idade, 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados em testes realizados anualmente pelo Governo Federal. Para a implementação das ações será ofertado apoio técnico e financeiro aos entes federados, por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR, bem como formação continuada a professores alfabetizados, a fim de alcançar tais objetivos (BRASIL, 2012).

Contudo, os dados atuais mostram que há uma fragilidade na educação exibidos através de resultados obtidos em testes de desempenho de alunos, que se apresentam como indicador de qualidade. No Estado do Pará, por exemplo, mais de 70% dos alunos apresentam nível insuficiente em leitura, quer dizer que não conseguiram chegar alfabetizados ao final do 3º ano do ensino fundamental, como recomendado no PNAIC (BRASIL, 2017).

Apesar dos esforços o problema do analfabetismo continua em voga. Tal situação tem sido discutida por diversos autores como problemas decorrentes das políticas implementadas pelo governo. Esteban e Wolf (2015) ao discutirem sobre avaliação externa enfatizam que de acordo com a matriz de referência da Provinha Brasil, em língua portuguesa, os aspectos avaliados giram em torno de dois eixos: apropriação do sistema de escrita e leitura (interpretação de texto). No entanto, em suas pesquisas, os resultados revelam que mais de 70% das questões dos testes aplicados são ligadas às habilidades do sistema da escrita, e ainda as questões que desenvolvem os processos de leitura acabam por recair

no mesmo processo. Isto mostra uma discrepância entre os exames aplicados e o que se leva em consideração como conceito de alfabetização e letramento referendado nos documentos oficiais, que defende que a alfabetização deve ir além do processo de codificação (escrever o que se lê) e decodificação (ler o que escreve) do sistema alfabético.

Outra questão é apresentada por Dickel (2016, p. 195) que defende a tese de que a ANA no contexto do PNAIC “produz efeitos sobre o controle do trabalho pedagógico, através da indução dos conteúdos e métodos a serem implementados”, bem como responsabiliza a escola e professores pelo ensino, a partir da formação docente, oferecida a professores alfabetizadores, concorrendo para limitações nas suas concepções e práticas, dado o caráter de um currículo padronizado e indutor de aprendizagens e quando os resultados são expostos às famílias como forma de botar pressão nos sujeitos da escola por melhores resultados.

A autora mostra que os Cadernos de Formação Continuada para Professores Alfabetizadores- PFCPA definem como os professores devem prosseguir em suas práticas pedagógica, observando que a avaliação no contexto do PNAIC segue em duas direções, uma para o instrumento de avaliação e outra para o registro e monitoramento das aprendizagens dos alunos e das atividades exercidas pelo professor em sala de aula, como mostra em um de seus exemplos (fraguimentos dos documentos oficiais):

Dentre os instrumentos que os profissionais usam para obter informações sobre as crianças, a Provinha Brasil — instrumento de avaliação diagnóstica disponibilizado pelo MEC [Ministério da Educação] a todos os sistemas de ensino — oferece sugestões acerca dos conhecimentos a serem avaliados, bem como propostas de registro do perfil da turma. A proposta pode servir de exemplo para a elaboração de outros instrumentos de registro e de arquivamento dos trabalhos realizados pelas crianças. (BRASIL, 2012c, p. 24) (DICKEL, 2016, p.200).

Dessa forma, reitera que o PFCPA está mais a serviço do controle do trabalho pedagógico da escola e do alcance as metas estabelecidas pelas

políticas das avaliações do que para a aprendizagem dos alunos, que levem em consideração a sua cultura, suas peculiaridades (DICKEL, 2016).

## **CONCLUSÃO**

O fortalecimento de processos educativos como esses, se contrapõe as concepções progressistas de alfabetização defendida por Esteban (2012) dentre outros, pois favorecem construções educacionais compatíveis com as perspectivas tradicionais e mecanicistas de alfabetização, que impõe uma educação, priorizando dados quantificáveis que não levam em consideração os aspectos importantes do cotidiano escolar, que não podem ser medidos, como as culturas, limitações e possibilidades de alunos, observadas nas relações com seus professores (ESTEBAN; WOLF, 2015).

Diante desse contexto é necessário compreender os rumos que tem tomado a educação deste país, especialmente a educação à infância, pelo fato da criança ser dotada de característica singular, que precisa de cuidados e educar-se prazerosamente. É preciso tomar posicionamento, se permanecemos com uma educação que valoriza somente o desenvolvimento de conhecimentos quantitativos, baseado em notas ou evoluímos para uma educação que forma a criança em todas as dimensões humanas. Afinal a educação que se realiza hoje formará a sociedade de amanhã.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Portaria nº 867 de 4 de julho de 2012a. Institui o **Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais**. Disponível em: < [www.pacto.gov.br](http://www.pacto.gov.br).RN>. Acesso em: 01 abr. 2017.

DICKEL, Adriana. **A Avaliação Nacional da Alfabetização no Contexto do Sistema de Avaliação da Educação Básica e do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Responsabilização e Controle**, Cad. Cedes, Campinas, V. 36, nº 99, p. 193-206, maio - ago. 2016

ESTEBAN, Maria Teresa. **Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar** Revista Brasileira de Educação, vol. 17, núm. 51, septiembre-diciembre, 2012, pp. 573-592.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27524689005>>. Acesso em: 08 set. 2017

ESTEBAN, Maria Teresa; WOLF, Célia Cláudia. **Um olhar para alfabetização a partir dos exames nacionais**. Revista de estudos Einvestigación em psicologia y Educación. eISSN:2386-7418, 2015, vol. Extr; N°.10. DOI: 10.17979/reipe.2015.0.10.1300